



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG**  
**Coordenadoria Geral de Pesquisa – CGP**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga  
Cep: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 215-5564 – Fone/Fax (86) 215-5560  
E-mail: pesquisa@ufpi.br; pesquisa@ufpi.edu.br

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ASSENTAMENTO RURAL**  
**SANTANA NOSSA ESPERANÇA, EM TERESINA-PI**

*Clarissa Flávia Santos Araújo (bolsista do PIBIC/CNPq), Alyne Maria Sousa Oliveira (colaboradora, IFPI), Maria do Socorro Lira Monteiro (Orientadora, Depto. de Ciências Econômicas, UFPI)*

## **INTRODUÇÃO**

Conforme Prado Júnior (1987), o elevado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a estrutura agrária brasileira é reflexo da formação econômica constituída desde os primórdios da colonização do país, segundo a qual, a propriedade da terra se reúne predominantemente em uma pequena minoria da população.

Nessa perspectiva, Gonçalo (2001) salienta que a efetiva redistribuição da terra, por meio de uma política de reforma agrária, modifica as relações de classes no meio rural, em virtude da democratização do uso e da posse terra, haja vista que a substituição da predominância da grande propriedade e do latifundiário, pelo parcelamento da terra, provoca o surgimento de novas relações sociais de produção, marcadas, sobretudo, pela agricultura familiar.

Em conformidade com o INCRA (2010), no Brasil, existem em torno de sete mil assentamentos de reforma agrária e cerca de um milhão de famílias assentadas cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Teresina conta com 15 assentamentos reconhecidos, dos quais sete têm gestão de competência exclusiva do INCRA, quatro estão sob a responsabilidade deste órgão em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da Superintendência de Desenvolvimento Rural, e quatro são administrados pelo Governo do Estado, através do Instituto de Terras do Piauí, totalizando uma área de aproximadamente 11.083,04 ha e 966 famílias assentadas.

Com base nesse cenário, objetiva-se analisar as condições socioeconômicas dos residentes no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, localizado em Teresina-PI. Para tanto, especificamente, identificou-se o acesso a serviços públicos por parte das famílias assentadas, bem como a participação relativa das atividades produtivas e das transferências governamentais na composição dos rendimentos e avaliou-se o apoio técnico às atividades desempenhadas.

## **METODOLOGIA**

Com vistas à materialização da pesquisa, metodologicamente utilizou-se o estudo de caso, do tipo descritivo, com foco na observação e interpretação da realidade vivenciada pela população no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, constituído por 143 famílias e selecionado a partir dos critérios de população e proximidade do meio urbano, sendo o mais populoso e mais próximo de Teresina.

O trabalho encerra naturezas qualitativa e quantitativa, por objetivar a análise do perfil socioeconômico da população residente no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, localizado em Teresina-PI, a partir da percepção dos próprios assentados e a mensuração através de variáveis predeterminadas que expressem as condições em que vivem.

Dessa forma, empreendeu-se levantamento documental junto ao INCRA e pesquisa de campo, na qual as famílias assentadas figuram como unidade observacional. Como técnicas de investigação realizaram-se observação direta com registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com líderes e habitantes mais antigos da área, bem como a aplicação de 105 questionários entre os beneficiados do projeto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os procedimentos legais que originaram o Assentamento Santana Nossa Esperança iniciaram-se em 2003, quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG-PI) lavrou ofício ao INCRA solicitando a desapropriação da Fazenda Agropol, para fins de reforma agrária, a fim de beneficiar 260 famílias. Na sequência, o INCRA vistoriou e caracterizou a área como grande propriedade improdutiva e posicionou-se favorável à desapropriação integral da área.

Conforme os resultados da pesquisa de campo, a população assentada dependia completamente dos equipamentos urbanos de educação e saúde instalados em bairros próximos ao Assentamento para atendimento de suas necessidades sociais básicas. Em relação à saúde, o posto mais próximo localizava-se aproximadamente a 2,5 Km do Assentamento. No âmbito da educação, eram atendidos pelo Centro Municipal de Educação Infantil Tio Fernando Santiago e pela Escola Municipal Arthur Medeiros Carneiro (com ensino fundamental diurno e médio noturno), ambos situados no vizinho bairro Jardim Europa.

No tocante à infraestrutura básica, os assentados dispunham de serviços básicos, como rede de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, coleta de lixo semanal e transporte coletivo rural regulares, ainda que precários. Na ótica dos assentados, o abastecimento de água era ineficiente nas últimas ruas do assentamento e durante a estação chuvosa, a coleta de lixo deveria passar pelo menos duas vezes na semana e o serviço de transporte coletivo rural deveria ser mais frequente e não somente duas vezes ao dia. Também verificou-se a inexistência de esgotamento sanitário.

No Assentamento, a principal fonte de renda familiar dos assentados compunha-se de transferências governamentais, como aposentadorias, pensões e benefícios oriundos do Programa Federal Bolsa Família (43,8%), 42,9% de rendimentos oriundos de atividades não-agrícolas e/ou da ajuda dos filhos e cônjuges, contra apenas 7,6% da agricultura e 5,7% da pecuária.

Outrossim, a investigação exprimiu que os assentados praticavam agricultura nos lotes de moradia, em áreas avulsas no interior do Assentamento (“no mato”) e/ou em um campo agrícola (sem irrigação) de 50 ha, no qual trabalhavam 28,0% das famílias de assentados. Trabalham de forma individual e/ou coletiva notadamente no cultivo de macaxeira (*Manihot utilissima*), mandioca (*Manihot esculenta*), arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*), feijão (*Vigna unguiculata*), abóbora (*Cucurbitaceae sp*) e melancia (*Citrullus lanatus*). Em espaços disponíveis no Assentamento e cedidos pelos demais

assentados criavam cavalos e gado bovino para obtenção do leite e da carne, além de galinhas, frangos, bodes e porcos, no interior dos lotes individuais. Outra atividade importante desenvolvida pelas famílias no Assentamento é a produção da farinha de mandioca, denominada de “farinhada”, realizada de forma artesanal. Identificou-se ainda que a produção agrícola e a pecuária, destinava-se principalmente para o autoconsumo e, secundariamente, o excedente é destinado à comercialização.

Após sete anos de reconhecimento do Assentamento, somente 17,1% dos beneficiados receberam assistência técnica do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí e de outras entidades não-governamentais, ao passo que 82,9% revelaram que não obtiveram nenhuma assistência. Esse cenário expressou-se como preocupante, pois a assistência técnica é considerada uma das ações prioritárias para garantir a viabilidade econômica e social dos assentamentos.

## **CONCLUSÃO**

Constatou-se que no âmbito social, os assentados ressentem-se da insuficiência de atendimento das necessidades básicas no que diz respeito aos serviços de educação e saúde, e à falta de equipamentos para o lazer. Por outro lado, destaca-se que a população dispõe de serviços básicos de rede de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, coleta de lixo e transporte coletivo rural regulares, ainda que precários.

Do ponto de vista econômico, os assentados praticam principalmente a agricultura familiar e a pecuária, com ênfase na criação de gado bovino em áreas coletivas e de pequenos animais, como frangos, galinhas e porcos no interior dos lotes, com vistas, sobretudo ao autoconsumo. Ademais, observou-se que a complementação de renda é oriunda da comercialização de produtos alimentícios produzidos no Assentamento e a venda ocasional da força de trabalho no entorno.

Portanto, as ações do INCRA no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança ainda apresentam resultados ineficientes no tocante à melhoria da qualidade de vida dos assentados, uma vez que não foram disponibilizados apoios técnicos necessários à ampliação da produção, o que acarreta a dependência das transferências governamentais e/ou da ajuda financeira de familiares para sobrevivência dos assentados.

**APOIO:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN).

## **REFERÊNCIAS**

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.

INCRA. **Números da reforma agrária**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros\\_reforma\\_agraria/area\\_incorporado\\_prog\\_reforma\\_agraria\\_032010.xls](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria/area_incorporado_prog_reforma_agraria_032010.xls)>. Acesso em: 23 mai. 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**Palavras-chave:** Socioeconomia. Assentamento rural. Reforma agrária.